



SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – PROCESSO PENAL CAUTELAR	3
1.1. É possível falar em Processo Penal Cautelar?	3
1.2. É possível falar em uma Teoria Geral do Processo?	6
1.3. Classificação das Medidas Cautelares	9
Capítulo II – PRINCÍPIOS REITORES DO PROCESSO PENAL CAUTELAR	11
2.1. Dignidade da Pessoa Humana: origem, natureza, eficácia e conceito	11
2.1.1. Origem	12
2.1.2. Natureza: princípio, regra ou direito fundamental?	13
2.1.3. Eficácia e aplicabilidade do princípio da dignidade humana	15
2.1.4. Dignidade como conceito vago e indeterminado: a necessária densificação	17
2.1.5. Teoria dos cinco-componentes de Podlech	17
2.1.6. Fórmula-objeto de Dürig	18
2.2. Devido Processo Legal	21
2.2.1. Devido processo legal e taxatividade das medidas cautelares	24
2.2.2. Medidas cautelares e princípio da duração razoável do processo	25
2.2.3. A Presunção de inocência como limite teleológico das medidas cautelares	28

2.3. Reserva de Jurisdição	30
2.4. Motivação	32
2.5. Contraditório	32
2.6 Proporcionalidade	33
2.6.1. Nossa posição crítica sobre os dispositivos referidos	36
2.7. Excepcionalidade	37
2.8. Provisionalidade e provisoriedade ou precariedade	38
Capítulo III – MEDIDAS CAUTELARES E SISTEMA ACUSATÓRIO – CRÍTICA À LEI Nº 12.403/2011	39
Capítulo IV – SISTEMA CAUTELAR PENAL DINÂMICO ATRAVÉS DA LEI Nº 12.403/2011: CRÍTICA E DIREITO COMPARADO	44
Capítulo V – MEDIDAS CAUTELARES EM ESPÉCIE	46
5.1. Sistema de prisão no processo penal brasileiro	46
5.1.1. Prisão Processual: considerações gerais	47
5.1.1.1 Requisitos	48
5.1.1.2. Características	49
5.1.1.3. Prisão e liberdade na Lei nº 12.403/2011	50
5.1.1.4. Nossa posição sobre a liberdade provisória a partir da Lei nº 12.403/2011	51
5.1.1.5. Nossa posição sobre a fiança a partir da Lei nº 12.403/2011	56
5.1.1.6. Liberdade Provisória e art. 44 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	57
5.1.2. Prisão em flagrante	58
5.1.2.1 Auto de prisão em flagrante	62
5.1.2.2. Das comunicações da prisão: Juiz, Ministério Público e Defensoria Pública	63
5.1.2.3. Nota de culpa	65
5.1.2.4. Prisão em flagrante e período eleitoral	65
5.1.3. Prisão preventiva	65
5.1.3.1. Momento para o decreto: uma releitura do art. 311 do CPP	65
5.1.3.2 Requisitos e fundamentos da Prisão preventiva	67

5.1.3.3. Nossa posição sobre a prisão para garantia da ordem pública ou econômica: inconstitucionalidade	69
5.1.4. Prisão preventiva por descumprimento de outras medidas cautelares e prisão por reincidência	70
5.1.4.1. Prisão por descumprimento de outras medidas cautelares...	70
5.1.4.2. Prisão preventiva e reincidência	71
5.1.5. Prisão preventiva e violência doméstica	72
5.1.6. Prisão para identificação do indiciado	73
5.1.7. Prisão preventiva e excludente de ilicitude – art. 314 do CPP ...	74
5.1.8. Exigência de Motivação – art. 315 do CPP	74
5.1.9. Prisão temporária	74
5.1.9.1. Doutrina tradicional	74
5.1.9.2. Nossa posição	76
5.1.10 Prisão por precatória e registro do mandado de prisão	77
5.1.11. Separação dos presos provisórios dos definitivos e a nova situação dos jurados	81
5.1.12. Revogação da prisão decorrente de sentença penal condenatória recorrida e da obrigatoriedade do recolhimento à prisão para recorrer (arts. 393 e 595, CPP)	82
5.1.13. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades	83
5.1.14. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações	84
5.1.15. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante	84
5.1.16. Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução e proibição de ausentar-se do país	86
5.1.17. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	87
5.1.18. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais	88

5.1.19 Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração	89
5.2. Fiança	91
5.2.1. Inafiançabilidade e descabimento da fiança	92
5.2.2. Valor da fiança	93
5.2.3. Recusa e retardamento da fiança	93
5.2.4. Destino do valor da fiança	94
5.2.5. Fiança e hipossuficiência econômica	94
5.2.6. Fiança e Autoridade Policial	95
5.3. Monitoração eletrônica: do PL 156/2009, à LEP e à Lei nº 12.403/2011	96
5.3.1. Monitoramento eletrônico: compatibilidade sistêmica e risco cultural	98
5.4. Prisão domiciliar	100
5.4.1. Prisão domiciliar e detração da pena	102
Capítulo VI – MEDIDAS CAUTELARES REAIS E PROBATÓRIAS	103
6.1. Medidas assecuratórias	103
6.1.1. Do sequestro	104
6.1.2. Da hipoteca legal	105
6.1.3. Do arresto	106
6.2. Medidas Cautelares Probatórias (ou meios de obtenção de prova)	107
6.2.1. Busca e apreensão	108
6.2.2. Busca domiciliar	110
6.2.2.1. Nossa posição	111
6.2.3. Encontros fortuitos	112
6.2.4. Escritórios de advocacia	112
6.2.5. Busca pessoal	113
6.2.5.1. Intervenções corporais e busca pessoal: enquadramento....	113
6.2.5.2. Busca pessoal ou “revistas”: enquadramento do tema	117
6.2.5.3. Busca pessoal como meio de obtenção de prova e o <i>nemo tenetur se detegere</i>	121

6.3. O regime da interceptação na Constituição de 1988	121
6.3.1. Nossa posição	123
6.3.2. O regime infraconstitucional das interceptações: Lei nº 9.296/1996	124
6.3.3. Requisitos legais para a interceptação telefônica	125
6.3.4. Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos	125
6.3.5. A controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 9.296/1996	127
6.3.6. Interceptação e prova emprestada	128
6.3.6.1. Gravação de conversa do investigado com advogado e familiares	129
6.3.6.2. Nossa posição	130
6.3.6.3. Procedimento de interceptação	131
6.3.6.4. Do prazo da interceptação	131
6.3.6.5. Processamento em apartado e apensamento	133
6.4. Quebra de sigilos bancário e fiscal	134
6.5. Captações e interceptações ambientais; infiltração de agentes e ação controlada	136
Referências	139